

# ÁGUA E PODER NO SERTÃO: os discursos que construíram a cidade de Nova Jaguaribara no Ceará (1985-1996)<sup>1</sup>.

Edvanir Maia da Silveira<sup>2</sup>.

## Resumo

Este artigo investiga a relação água e poder no sertão, a partir dos discursos produzidos em torno da submersão da cidade de Jaguaribara e da construção da cidade de Nova Jaguaribara no Ceará, entre 1985 e 1996. Analiso as falas e textos proferidos/produzidos pelo Estado e pela sociedade civil neste período de disputas em torno do projeto da barragem Castanhão.

**Palavras-chave:** água- poder – sertão – cidade

## Abstract

This article investigates the relation water and power in the hinterland, from the speeches produced around the submersion of the city of Jaguaribara and the construction of the city of New Jaguaribara in the Ceará, between 1985 and 1996. I analyze you say and pronounced texts to them/produced for the State and the civil society in this period of disputes around the project of the Castanhão barrage.

**Keywords:** water - power - hinterland - city

## Introdução.

A água como recurso natural não-renovável tem preocupado, no nosso século, diversas nações do planeta. Nas regiões semi-áridas esse problema é bem mais antigo. No caso brasileiro, séculos de estudos e execução de políticas públicas no semi-árido revelam uma má combinação de técnica e política, ou, talvez, uma manipulação política da técnica, transformando uma peculiaridade da natureza em problema social. Tal fato tem justificado historicamente os projetos de açudes e barragens no sertão. Inicialmente essas represas não passavam de projetos. Depois, passam a concretizar-se em propriedades privadas, para privilégio de alguns. No presente, em espaços públicos, desalojando populações.

O Ceará é um dos principais estados brasileiros atingidos pelos problemas causados pela irregularidade de chuvas, já que 90% do seu território estar contido no semi-árido. Em 1985 é noticiada pela imprensa cearense a execução do Projeto Castanhão, uma obra federal que prevê a construção de uma barragem no rio Jaguaribe, maior e mais importante rio estadual, com o objetivo de solucionar o problema da falta de água e promover o desenvolvimento do estado.

Porém, como em muitas obras dessa natureza neste século, a sua construção pressupõe a inundação de uma cidade, o município de Jaguaribara. Diante deste fato,

fica estabelecido entre 1985 e 1996 um longo processo de discussão entre o governo e os moradores da cidade, que acaba por envolver outros setores da sociedade, criando uma polêmica em torno da obra.

O tema abre um leque de questões a serem exploradas, e a relação água e poder é uma delas. A história das secas tem mostrado que a água no semi-árido brasileiro não pode ser pensada desvinculada da política, a indústria da seca é o melhor exemplo. Uma outra questão que o tema sugere é a cultural. Ao propor a morte de uma cidade, o Castanhão faz emergir o sentimento de pertencimento entre os cidadãos e o seu espaço social, marcado por fatores econômicos, afetivos, religiosos etc.

Explorando os documentos que registram as disputas, constatamos que as relações entre governo e moradores é mais ambígua do que dicotômica. Ao longo das discussões, a retórica de ambos os grupos assume o viés de resistência, apelação, negociação, imposição e reivindicação. Portanto, os discursos são ambivalentes.

A nossa hipótese é de que os defensores de Jaguaribara estão inseridos numa cultura sertaneja que crê na assertiva de que a água é a redenção do sertão. Nesse sentido, Nova Jaguaribara apresenta-se como o resultado possível nesse processo de disputa entre Estado e Sociedade Civil.

O objetivo deste artigo é discutir como Nova Jaguaribara materializa uma determinada cultura política entre governo e moradores, diante da questão água e poder no sertão do Ceará.

## **A Cidade.**

O município de Jaguaribara está incluído na micro-região do médio Jaguaribe, centro-sul do estado, e tem sua sede à margem direita do rio Jaguaribe. A cidade dista 283 km de Fortaleza, sendo acessada pela BR 116 e pela CE 262. Sua população é de 7.718 habitantes, concentrando-se principalmente na zona rural (IBGE, 1991).<sup>3</sup>

A unidade temporal desta pesquisa poderia encerrar-se em 1995, quando previsivelmente estaria finalizado o discurso da resistência e, portanto a história de disputas entre o governo e a cidade. Mas essa era apenas uma hipótese. A história adquiria realmente novos contornos, mas a personagem principal continuava em cena – a cidade. Concretamente, Jaguaribara não havia sido submersa. A cada dia uma mudança, uma despedida, uma residência fechada. Mesmo moribunda essa cidade ainda

estava na ativa, com governo, mercado, igreja e moradores. Era preciso existir uma nova cidade para que esta definitivamente desaparecesse.

Se antes de oficializada a obra, governo e moradores relacionavam-se como verdadeiros agentes políticos, a partir de 1995 a institucionalização dessa relação ficaria bem mais evidente, com o funcionamento do Grupo Multi-participativo para Acompanhamento das Obras da Barragem do Castanhão. Este grupo foi criado pelo decreto nº. 23.752, de 18 de julho de 1995, antes mesmo de oficializado o início das obras da barragem. Ele era constituído por um colegiado de representantes do governo do Estado do Ceará, do DNOCS, do poder municipal, do poder legislativo, da sociedade civil e da secretaria executiva do grupo. Os moradores de Jaguaribara garantiram três representantes nesse colegiado. Instalado em agosto do mesmo ano, na sede da Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará, ele objetivava articular e deliberar sobre o andamento das obras da barragem.

A nova cidade seria o ponto de pauta permanente. Havia chegado o momento de concretizar as promessas do governo e as conquistas dos moradores. Nesse instante mais do que nunca as palavras, imagens e símbolos do poder entrariam em cena num ritual que sacralizaria a política local. Nova Jaguaribara concretizaria, por um lado, o sucesso de um projeto político moderno e, por outro, o fruto de dez anos de luta de uma população. São essas representações que aparecerão nos enunciados discursivos.

### **Os discursos.**

As fontes com as quais nos deparamos no decorrer desta pesquisa tornaram extremamente pertinente o desenvolvimento de uma análise de discurso. Ao trabalharmos com os documentos, percebemos que de ambos os lados, era forçosa a emissão de um conjunto de enunciados que desse suporte ao projeto, no caso do governo e à resistência, no caso da cidade. Revelou-se necessário o convencimento de uns aos outros. Acirrada as disputas, a sociedade ao mesmo tempo em que se tornava personagem da trama, constituía o público alvo a quem os discursos eram dirigidos.

Hannah Arendt pensa o discurso como um diferenciador da condição humana. Ela diz que se não fossem iguais os homens não seriam capazes de compreender-se. Mas, não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem compreender se não fossem diferentes. A ação seria a condição humana da existência e o discurso

corresponderia à distinção na pluralidade. A ação e o discurso são, para ela, os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens.<sup>4</sup>

O discurso nesse sentido, para Arendt, está diretamente vinculado à política. Pensada como sinônimo de democracia, a política para ela se realiza entre os homens e o seu sentido é, pois, a liberdade. Concretizar-se-ia no ato de negociar, administrar “civilizadamente” os conflitos, as diferenças. Assim, o discurso constitui o instrumento que tornaria o homem um ser político.<sup>5</sup>

Pensado assim, como ato político, o discurso é uma ideologia, algo que se situa entre o sujeito e a realidade. É uma espécie de lente, através da qual o sujeito recebe a reprodução da realidade.<sup>6</sup> Obviamente não podemos percebê-lo como cópia fiel do real, mas apenas como uma interpretação. O que nos interessa, ao processar uma análise de discurso, é perceber como esse contexto se apresenta nas falas desses agentes e quais caminhos eles tomaram ao longo de dez anos de história.

Notamos que de ambos os lados os discursos tomaram caminhos bem diversificados, dado que os interesses e motivações que os guiaram também diferiam. Aparentemente, a unidade no discurso do governo era a de que a barragem precisava ser construída. No discurso dos moradores, era a de que a cidade precisava ser salva. Todavia, não havia por parte da sociedade nenhuma objeção à construção da barragem. A contraproposta de várias barragens de pequeno porte era um exemplo disso. Os documentos dos moradores foram bastante repetitivos ao afirmar que não eram contra a irrigação, só não estavam dispostos a pôr em risco a existência de sua cidade.

A polêmica funda-se essencialmente em torno do tamanho desta barragem. Se o Castanhão fosse construído no seu volume máximo (6,7 bilhões de m<sup>3</sup>), como propunha o governo, inevitavelmente Jaguaribara seria submersa. Como nem o governo cedia em relação à cota da barragem, nem os moradores abriam mão de sua cidade, o conflito se instaurou.

A razão para essa resistência do Estado não ficou clara para nós. Os documentos não fornecem elementos que nos possibilitem fazer afirmações, apenas hipóteses. Poderia significar puramente reafirmação de poder do Estado sobre a sociedade. Ou esta seria a única opção para geração de energia, principal e real objetivo da barragem.<sup>7</sup> Da parte dos moradores, por sua vez, ficariam muito claras as razões da resistência: por que

sacrificar a cidade se a barragem, num tamanho menor, solucionaria o problema do sertão?

## **A modernidade**

Nas disputas que nos propomos compreender, a dupla versão da modernidade aparece exatamente em confronto entre os opositores. Na retórica governista, o elemento privilegiado é o de encanto, como fica claro na fala do economista do DNOCS, Tarcísio Medeiros: *“Tirem as mãos do Castanhão, deixem o Ceará crescer! Ele é símbolo de progresso e pertence a todos nós”*.<sup>8</sup> Reforça a visão do governo, a opinião de empresários: *“A construção do Castanhão é obra imprescindível para garantir os recursos hídricos necessários à irrigação,(...), passo fundamental para modernizar a agricultura cearense, defende Viana”*.<sup>9</sup>

Mas era o seu outro lado, o destruidor de que falava Berman, que preocupava os moradores. O encantamento da modernidade desaparecia, na medida em que sua condição material de existência seria sacrificada:

Quando abro a cartilha do progresso/vejo um cofre que não tem segurança vejo vulto sem fé, sem confiança/leio frases que falam de regresso vejo cobras que prendem o progresso/e formigas querendo trabalhar uma pedra querendo anunciar/o que digo também nessa mensagem: se as águas quebrarem a barragem /levarão o progresso para o mar.<sup>10</sup>

Ao analisar discurso da Nova República, Marilena Chauí afirma que a retórica do moderno baseia-se no fato de que qualquer coisa será avalizada caso seja considerada moderna. Afirma notar isto no fato do termo estar permeando todas as instituições. Para ela, a ideologia do moderno tem a finalidade de produzir uma visão homogênea e negar que dentro dessa sociedade existam contradições, conflitos, e, portando, movimento histórico.<sup>11</sup>

Sobre o mesmo tema, Eder Sader diz que estamos diante de um discurso dominante que afirma a passagem de um período de autoritarismo para um momento de mudanças caracterizadas como democráticas e progressistas. A retórica do moderno em substituição ao arcaico. Para ele, essa é uma retórica que tinha peso. A população brasileira identificava, no discurso de vários homens dessa república, que vieram ocupar

o lugares que antes estavam nas mãos dos militares, a materialização de uma sofrida esperança.<sup>12</sup>

Com efeito, se os “governos das mudanças” no Ceará inovavam nesses argumentos, em outros retornavam ao que havia de mais velho na política do Ceará: o discurso da seca. Ao desenvolver sua análise sobre a relação governo e empresários no modelo de administração dos “governos das mudanças” no Ceará, Linda Gondim afirma:

Nesse padrão de relacionamento entre o Estado e a economia, verifica-se a ruptura com o discurso regionalista calcado na idéia de um Nordeste espoliado. ... a tônica agora recai, de um lado, na questão da pobreza absoluta e, de outro, no reconhecimento das potencialidades e estratégias de desenvolvimento diferenciados entre os Estados nordestinos, entre os quais o Ceará é apontado como exemplo a ser seguido pelo resto do país.<sup>13</sup>

Embora percebamos que a questão da pobreza e do reconhecimento das potencialidades dos estados nordestinos, faça realmente parte da retórica do atual governo, conforme constatamos no discurso de posse de Tasso Jereissati, não temos dúvida de que não só a idéia de um nordeste espoliado continua em ação, como a do sulista como salvador da pátria se mantém. Ao investigar os discursos emitidos pelo governo do Estado do Ceará e pelo Presidente da República sobre a polêmica Castanhão e Jaguaribara, constatamos que apesar da retórica modernista, o discurso regionalista não é descartado de sua retórica:

[O Castanhão é uma obra social.] Social, porque essa obra, senhor presidente, ela é econômica, vai trazer irrigação, vai trazer produção, vai trazer riqueza, vai gerar emprego e vai gerar renda. Mas, acima de tudo, para nós, nordestinos, isso é uma obra social. Só quem não viu ainda o sofrimento e a tristeza do flagelo da seca, não entende o que significa água: água pra comer, água pra beber para uma população tão sofrida nos dias de seca.<sup>14</sup>

“(…) E eu vi aqui no Ceará, o inverno seco no meio do sertão (...) e vi povo trabalhando naquelas obras, (...) e não se sabia o que era ferramenta, o que era trabalhador, o que era terra. Tudo cinzento, tudo triste, tudo opaco. Não vou esquecer nunca na minha memória visual aquilo que vi aqui no Ceará, lá no Canindé. E aquilo não é modo de viver, aquilo não pode mais ser aceito por nós, autoridades, sobretudo nós, do sul, nós, paulistas, que temos obrigação de entender

essas questões. E agora que a igreja lançou a campanha da fraternidade, é o momento de dizer: vamos fazer dá água, sim, como um gesto fraterno porque o povo do Brasil merece esses gesto fraterno<sup>15</sup>.

Esse apelo à identidade nordestina, manifesta no discurso do governador, feito no mesmo palanque onde estava o Presidente da República, caracteriza o que Paulo Henrique Martins chamou de discurso Nordeste. A idéia de que o Nordeste é “explorado”, “sofrido”, denuncia para Martins a tentativa mistificadora de se criar uma visão de totalidade social e política, de interesses indiferenciados.<sup>16</sup> Esse é o mesmo discurso proferido em 1877, quando as elites nordestinas falidas economicamente, encontram na seca o meio de arregimentar recursos públicos e carregá-los para seus próprios bolsos.<sup>17</sup>

E o discurso do presidente, exerce o mesmo papel que a imprensa sulista exerceu em 1877: o embasbacamento diante de cenas que lhes pareciam distantes e raras, embora fossem muito comuns nas muitas vezes em que o fenômeno da seca ocorria nesta área do país, e o sentimento de solidariedade dos sulistas diante das vítimas da natureza nordestina.<sup>18</sup>

Mesmo continuando o sertão nordestino em condições precárias, parece incompatível a presença de argumentos tão retrógrados, como é o caso do discurso regionalista, na retórica de um governo da Nova República, em que a eficiência e a modernidade do modelo de gestão são apresentadas como bases da legitimidade do poder.<sup>19</sup> Nem mesmo o personalismo deixaria de figurar nesse novo cenário. O governo Ciro Gomes é o melhor exemplo disso. Apesar da corrente retórica de interesse universal e participação democrática, o personalismo foi uma marca muito forte na administração deste político, conforme analisa Linda Gondim. Embora partilhassem do mesmo pressuposto de governabilidade, havia algumas diferenças entre o governo Ciro Gomes e Tasso Jereissati:

...vários informantes ... destacaram a maior preocupação de Tasso com o desempenho eficiente da máquina governamental no seu dia-a-dia, que se refletiria na escolha de técnicos de renome e de líderes empresariais para o seu secretariado, com os quais dividiria, efetivamente o exercício do poder. Em contraste, Ciro Gomes apresentou uma maior tendência à centralização e ao personalismo, conjugada a uma preocupação em realizar programas e obras de impacto, típicas de uma autoridade carismática.<sup>20</sup>

Balandier não vê no mito do herói um elemento muito presente nas sociedades de regimes democráticos, visto que a arte da persuasão, do debate, da capacidade de criar efeitos que favoreçam a identificação do representado com o representante são elementos mais adequados.<sup>21</sup> Contudo, vimos que no nosso caso esse recurso não seria dispensado. Quando se trata de água no sertão, os mitos ainda são fortes elementos da política.

Apesar dessa possível identificação do governo dos empresários com o tradicional coronelismo, seria a sua imagem de empreendedor moderno e competente administrador que se sacralizaria, com a oficialização do Projeto Castanhão. Tasso Jereissati e Ciro Gomes conseguiram construir uma unidade em torno desse projeto. Ao final de dez anos, havia, nos quatro cantos do governo, uma defesa firme e convicta do projeto e da atitude dos governadores. A atuação desses “políticos de vocação” no Ceará reunia dois tipos de líderes políticos tipificados por Weber, o líder legal e o carismático.

A balança em que a geração cambéba<sup>22</sup> governou o Ceará e que se refletiu no projeto Castanhão, ao justificar a modernização do estado com o discurso da seca, por exemplo, colocá-los-ia numa posição extremamente delicada. Esse dúbio discurso despertava uma dupla resistência. Se eles causavam dúvidas nos setores mais progressistas, o mesmo ocorreria em relação aos mais conservadores. De um lado, os receios dos que se sentiam ameaçados pela supressão da imagem de um estado pobre e inviável que historicamente sustentou as oligarquias políticas do sertão, caso o Castanhão desse certo. Do outro lado, a resistência dos setores mais “progressistas”, profundamente receosos que o Castanhão não passasse de mais um produto da “indústria da seca”.

Essa última resistência é de caráter centrífugo. Com a submersão de Jaguaribara põe-se em cheque a vida econômica dos grandes fazendeiros; o cargo público do poder legislativo e executivo; os laços afetivos dos que viveram por um longo tempo na cidade; dos que têm parentes enterrados lá; da igreja católica que perde uma paróquia; dos movimentos sociais organizados, dos grupos de esquerda, opositores políticos do atual governo; enfim, da sociedade civil que vive em constante vigilância ao Estado.

## **O poder em cena.**



Ora como opositores, ora como parceiros, ora como negociadores, dez anos de disputas revelaram uma profunda ambiguidade na relação entre moradores e governo, e entre eles mesmos, que disputavam entre outras coisas, o poder de decisão. Embora tenha sido o Estado a fazer uso desse poder, caracterizando o modelo weberiano de Estado como monopólio da violência, não se pode negar a força que as ações dos moradores exerceram sobre o fato. Se os atos e discursos em defesa da cidade não conseguiram impedir a liberação da barragem, sem dúvida conseguiram retardar sua concretização. Foram dez anos até a obra ser finalmente oficializada, e os resistentes reconheciam a importância de terem sido uma pedra no sapato do governo:

...uma lição que aprendemos nas audiências [é que] se tudo tivesse acontecido e o povo não tivesse acompanhado, estaríamos hoje em outro contexto. Mesmo que a barragem Castanhão não atingisse o nosso município, pelo fato de estar situada no Ceará, como cidadãos, devemos assumir a nossa história. Muita coisa ficou marcada em nós. Acompanhamos, pressionamos, conhecemos de perto como eles trabalham e como é o processo. Pisam em cima do povo. Fizemos o que estava ao nosso alcance. Estes dez anos de luta mostram que os governantes podem e fazem quando o povo permite.<sup>23</sup>

Jaguaribara continuava em cena. Apesar de legalizado seu desaparecimento, isso não significaria nem mesmo o fim das divergências entre o governo e os moradores. O que ocorreria era apenas uma nova fase, em que o referencial deixava de ser a defesa da atual cidade e passava a ser a garantia da nova cidade. A Nova Jaguaribara constituía o enredo que daria continuidade ao processo político vivenciado por Estado e sociedade.

Onze dias depois de oficializada a barragem, a Associação de Moradores de Jaguaribara, por ocasião de uma reunião com os secretários de governo, na cidade de Jaguaribara, apresentam oportunamente uma lista de solicitações dos compromissos assumidos e ainda não cumpridos pelo DNOCS, Secretaria de Recursos Hídricos, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Governo. O documento cobra rigorosamente, baseado nos dados oficiais, todos os itens determinados pelos pareceres técnicos já reconhecidos pelo Estado.<sup>24</sup>

Os defensores da cidade deixariam muito claro que foram perdedores, mas que não dariam sossego ao Estado até que suas reivindicações fossem atendidas:

Com a decisão do governo federal de construir a barragem Castanhão e, considerando os grandes prejuízos que causarão ao município de Jaguaribara; considerando (conforme aqueles que defendem a construção da barragem) os benefícios que advirão para o Estado do Ceará, principalmente para o Baixo Jaguaribe; Considerando o momento político institucional,

Solicitamos que o sofrimento do povo de Jaguaribara seja amenizado com as reivindicações abaixo:

(...)

2. Definir o novo espaço territorial do município de Jaguaribara.

3..Definir os novos espaços urbanos da cidade e da sede do distrito de Poço Comprido.

3.1 – os espaços urbanos devem absorver os benefícios das proximidades da Barragem (Turismo, Pesca, etc).

3.2 – a nova cidade deve ter toda infra-estrutura social econômica de uma cidade padrão.

3.3 – Que as novas sedes urbanas tenham fácil acesso as rodovias federal e estadual.

(...)

5. Que a população rural com ou sem terras tenha a opção de ser reassentada em projetos irrigados pelo DNOCS e DNOS, com direito de propriedade de um lote padrão.

6. Definir as terras agricultáveis da Bacia Hidrográfica da barragem e que a população de produtores rurais com ou sem terra do município de Jaguaribara tenha prioridade no assentamento nestas áreas.

7. Implantar um distrito Agro-Industrial para aproveitamento dos produtos da região.

8- Implantar uma escola agrícola.

9. As ilhas formadas pela Barragem Castanhão sejam de propriedade do Município de Jaguaribara.

10- Que o Projeto-Piloto da área a ser irrigada no Chapadão, pelo Dnocs, seja implantado em área do município de Jaguaribara.

(...)

14.que todas essas reivindicações sejam antecedidas à construção da barragem Castanhão.

15. Que as autoridades competentes Federais e Estaduais referendam as reivindicações acima citadas em documento oficial que tenha valor jurídico.

Informamos que a nossa comunidade está consciente de que a barragem Castanhão como é concebida pelo DNOS não é a melhor opção para a nossa região, entretanto como a decisão de construir não é nossa, assumimos a posição de defesa dos interesses do nosso município.<sup>25</sup>

Entre todos os impactos que se colocam mediante a construção do Castanhão, a submersão de Jaguaribara é o que mais declaradamente o governo assume. Diante disto, a Nova Jaguaribara torna-se um recurso simbólico extremamente pertinente. É sobre o seu projeto que se dirigem todas as luzes e expectativas do espetáculo. Retomando Balandier, “*o recurso ao imaginário está na convocação de um futuro em que o*

*inevitável se transformará em vantagem para o maior número de (...) [pessoas]. As luzes da cena do futuro iluminam a do presente”.*<sup>26</sup>

É possível que a promessa de uma cidade moderna, com melhores condições de vida para a população, tenha causado algum encantamento nos moradores, fato perfeitamente compreensível. Contudo, pelo menos antes de oficializada a obra da barragem, esse não era para os moradores o primeiro ponto da pauta. A prioridade era garantir que a atual cidade não fosse submersa, embora não se possa negar que essa possibilidade fosse um ítem do debate.

O fato é que a água constituía verdadeiramente o ponto nevrálgico de toda essa problemática. A água traz consigo toda uma carga simbólica, onde se depositam todas as esperanças de redenção do sertão. Esse era o fator político do processo. Mas havia um outro que não é característico do sertão, mas que mobiliza com a mesma ou até mais intensidade: uma cultura urbana. A cidade, como consequência, emergia no debate. Os dez anos de movimentação dos moradores constituiu uma tentativa de salvar o sertão e a cidade. Como isso não foi possível, mediante a irreversibilidade do Castanhão, Nova Jaguaribara entra na pauta do dia. Era preciso recriar uma cidade.

Frustradas as tentativas de resistência, os moradores não vêem outro caminho a não ser o da concretização da nova cidade: *“Se as autoridades cumprirem pelo menos 70% do que prometeram, já está bom demais. Do jeito que está é que não pode ficar. Jaguaribara não existe mais, está afundada”.*<sup>27</sup>

Nova Jaguaribara, como fora o Castanhão, ainda era apenas uma imagem, com promessa de materialização. A versão preliminar do seu projeto é de junho de 1996, e está estruturado da seguinte forma: na primeira parte caracteriza a atual Jaguaribara (histórico, localização, aspectos demográficos, econômicos, infra-estrutura física e social), na segunda, a Nova Jaguaribara (caracterização da área e planejamento da nova cidade) e, na terceira, a realocação da população.<sup>28</sup> Mas os seus limites já haviam sido definidos no ano anterior. O novo município passa a apresentar os seguintes limites: ao Norte com Morada Nova, ao Leste com os municípios de Alto Santo e Iracema, ao Sul com o município de Jaguaribe e a Oeste com o município de Jaguaretama.<sup>29</sup> As perspectivas de desenvolvimento econômico pensadas para a nova área dependem exclusivamente da construção do Castanhão. Dentre estas, projeta-se: a agricultura irrigada, a pesca e piscicultura e o turismo.

De acordo com o projeto, a Nova Jaguaribara promete uma perfeita parceria entre cidade e sertão: seria mantida a proximidade dos moradores com o rio, protegendo-os, porém, da inconveniência das cheias; as condições topográficas do terreno, geomofológicas e pedológicas teriam sido minimamente analisadas; sua localização facilitaria o acesso do jaguaribarense às novas atividades econômicas, como o turismo, e a outras regiões do estado e do país, por via rodoviária, através da CE 371 e BR 116. Mas, o que era melhor, seriam mantidos, quando da vontade dos moradores, as vizinhanças, mediante o sistema de permuta, a mesma área territorial em que ocupa na atual cidade, e até mesmo os que não têm casa própria e nem dispõem de renda suficiente para adquiri-la na nova cidade, seriam integrados a um programa especial para aquisição da casa própria subsidiado pelo DNOCS e pelo Governo do Estado. É esse o projeto da Nova Jaguaribara.<sup>30</sup>

A racionalização do espaço urbano, materializado nas intervenções cirúrgicas e nas cidades planejadas, constituíram um importante ícone da modernidade, vide as transformações urbanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza e a fundação de Belo Horizonte (1894), entre o final do século passado e início deste. Este viés da modernidade se estenderia por todo século XX e não deixaria de fazer parte do programa em que o Castanhão constituía o vetor. Num contexto mais localizado, comparando-se com o da fundação de Brasília, em 1957, o projeto da primeira cidade planejada do Ceará - Nova Jaguaribara, em 1997, é a extensão da razão moderna como sinônimo de progresso.

Heliana Angotti, no seu texto *Revisando Haussmann*, faz uma consistente discussão sobre os limites da comparação que se desenvolveu entre a intervenção urbana do barão Haussmann em Paris, de 1853 a 1870, e as possibilidades de apropriação desse modelo na construção de Belo Horizonte. Uma de suas ressalvas refere-se ao fato de que, enquanto em Paris houve uma revisão drástica da cidade antiga, em que um conjunto de elementos eram mobilizados em vista de um todo, constituindo um sistema, daí o impacto que causava na população, Belo Horizonte constituía uma cidade nova, o que requereria, um outro princípio de análise. Em Belo Horizonte não havia essa inter-relação dos “constituintes” da cidade antiga com a nova.<sup>31</sup>

Jaguaribara é um misto desses dois modelos, tornando-se um caso específico. Apesar de ser uma cidade totalmente planejada, erguida numa área desocupada, sem relação direta entre a velha e a nova cidade, Nova Jaguaribara não tem produzido menos impacto do que as intervenções cirúrgicas do início do século. Sua materialização pressupõe mais que reformas localizadas, sugere sua total destruição. Não obstante, a concepção de tratamento de uma cidade doente, como se dizia na época, continua em voga, é claro que de acordo com as condições de possibilidade do sertão:

... a população da cidade de Jaguaribara, sem dúvida nenhuma uma população que vai ter que abandonar suas raízes, suas origens, suas histórias, vai ter por parte de nós homens públicos, o compromisso, não só o compromisso, mais a iniciativa concreta de iniciarmos imediatamente, paralelamente às obras do Castanhão a construção de um núcleo urbano com condições de vida muito melhores do que as existentes hoje no município de Jaguaribara. Uma cidade com saneamento básico, uma cidade com escola para todos. E mais que tudo, aquilo que é o grande problema, cidade que vai ter oportunidade de trabalho graças a água para toda sua população.<sup>32</sup>

No panfleto de propaganda da Nova Jaguaribara, o discurso do Estado é bastante consistente. A capa traz a seguinte chamada: *Nova Jaguaribara, é assim que se muda*. Mostra-se de um lado os números de uma cidade falida, sem muitas perspectivas de qualidade de vida para seus cidadãos, que é a atual cidade. Do outro lado os números de uma cidade promissora, o modelo de um novo projeto de vida. A planta de Nova Jaguaribara é acompanhada do título *Jaguaribara, a primeira cidade planejada do Ceará*. Essa racionalidade tinha peso retórico, o moderno aí era sinônimo de melhor.

A perda da memória cultural, tão contestada nas reformas urbanas do XIX, e no caso de Jaguaribara, uma consistente justificativa do discurso da resistência, é agora apropriada pelo discurso do governo que neste mesmo documento destaca: o que muda é a qualidade de vida da população e o fortalecimento da cidadania e o que não muda são os laços de vizinhança e amizade construídos na antiga cidade.

A estrutura social da cidade permanece inalterada, as relações sociais continuam as mesmas. A vizinhança e as amizades construídas e solidificadas durante anos permanecem como antes, porque o projeto de construção e reassentamento da Nova Jaguaribara contempla todos os itens necessários e fundamentais para se manter uma comunidade

unida, coesa e produtiva, depois de um processo complexo de relocação de uma cidade inteira.<sup>33</sup>

Nesse aspecto, os governos do final do XX mostram que aprenderam com as experiências dos empreendedores do início do século. Jogando com o emocional dos moradores, o governo prometia, com a nova cidade, além de segurança material, a garantia ao respeito de uma memória cultural.

Como se pode notar, o projeto da nova cidade é em grande parte a concretização das reivindicações dos moradores. Apesar de ter sido ponto de pauta permanente nas reuniões do Grupo de Acompanhamento durante todo o ano de 1996, já que a previsão da sua execução era para o mesmo período da barragem, só em 31 de outubro de 1997 foi assinada a ordem de serviço para a construção da Nova Jaguaribara.

Se havia por parte do governo interesse na difusão de imagem de um processo democrático, também havia por parte dos moradores o interesse e o reconhecimento da necessidade de ocupar esses espaços. Consolidava-se desse modo um falso consenso, legitimado. Era uma perfeita manifestação da teatrocrazia.

Consolidado o consenso, as relações entre eles a partir daquele momento deixavam de ser uma disputa pelo poder e passava a ser a busca de legitimação desse poder que, pelo menos em tese, emanou-se de um consenso. A ação dos moradores agora é a de cobrar a concretização das promessas do governo, e este de concretizá-las sob pena de não legitimar o seu propósito.

Apesar de mudar a direção da ação dos moradores, alguns atos se mantinham. Ao examinar as atas das reuniões do Grupo de Acompanhamento, que agora era o responsável pelo encaminhamento tanto da barragem como da nova cidade, constatamos que este se constituía num importante espaço de negociações. Considerada irreversível a barragem, antes mesmo de oficializada, já na reunião de instalação do grupo, o prefeito de Jaguaribara, Edivaldo Silveira, solicita a presença do governador em Jaguaribara para que transmitisse segurança ao povo. Mas, embora dispusessem do mesmo espaço de manifestação que os outros membros do grupo, os representantes de Jaguaribara não deixaram de assumir o seu lugar de oposição. Havia sempre uma reivindicação a ser feita. O governo seria cobrado em cada ítem previsto nos editais que licitaram a execução da obra.

Entre todas as pendências que a execução do projeto deixava, a principal delas recaía sobre a ação do DNOCS. O processo de desapropriação foi ponto de frequentes

polêmicas, na maioria das reuniões do Grupo de Acompanhamento. Na penúltima reunião realizada em novembro de 1996, inconformada com o encaminhamento que vinha sendo dado aos trabalhos, em manifestação bastante contundente, uma das representantes de Jaguaribara, Bernadete Neves, deixava muito claro o poder de ação de que Jaguaribara ainda dispunha:

O fato das ações relativas a obra da nova cidade e o reassentamento não estarem andando paralelamente com a obra, gerava descrédito e insegurança à população. A população de Jaguaribara estava se decidindo a entrar com uma Ação Judicial e paralisar a obra. Ressaltou que nas reuniões do Grupo de Acompanhamento todos os assuntos são tratados e decididos, é um grupo democrático, sério, que tem responsabilidade, se reúne mensalmente. Só que a nível de prática as atividades não seguem o mesmo ritmo.<sup>34</sup>

Após seu pronunciamento, a moradora pediu licença para que fosse lido o abaixo-assinado em que constavam 617 assinaturas, dirigido a este grupo e ao governo do Estado. É importante ressaltar que, não sem propósito, nesta reunião estavam presentes dois representantes do Banco Mundial, interessados em conhecer o funcionamento do referido grupo.

Real ou aparente, havia por parte do governo uma necessidade de sacralizar esse consenso. Embora reconheça na violência e na razão manifestações do poder, Balandier diz que o poder se realiza e se conserva verdadeiramente pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. “Estas operações se efetuam de modos variáveis, combináveis, de apresentação da sociedade e de legitimação das posições do governo”.<sup>35</sup>

Reconhecer a legitimidade da sociedade civil organizada, por meio da Associação de Moradores, era mais um passo a frente nessa empreitada. Em Diagnóstico do Município de Jaguaribara deixa-se muito claro que, compreendendo o aspecto traumático do processo de remoção e realocação de todo um agrupamento social, optou-se por utilizar na realização deste diagnóstico uma metodologia participativa: “Através da AMJ [Associação de Moradores de Jaguaribara], foram estabelecidos os primeiros contatos e conseguidas as principais fontes de informações. O levantamento cadastral foi realizado por pessoas indicadas pela Associação, assessoradas pela equipe técnica responsável”.<sup>36</sup>

Mais um outro passo concretiza-se no texto e nas falas dos arquitetos da nova cidade. Em conversa informal, enquanto nos apresentava o projeto de Nova Jaguaribara, a arquiteta Luíza de Marilac Ximenes ressaltava a importância da luta dos moradores para que a cidade tomasse o destino que tomou. Mas comportando-se como legítima representante do Estado, na mesma discussão, ela chamava atenção para que se percebesse como o processo de permuta que permitia aos moradores decidirem sua exata localização na nova cidade, podendo, portanto, manter a mesma vizinhança, constituía um ato democrático da parte do Estado.<sup>37</sup>

Estas considerações refletem, por um lado, uma certa preocupação por parte dos arquitetos em amenizar o sofrimento dos moradores. Mas, por outro lado, como técnicos do Estado, eles apenas dão legitimidade à ação do governo. E, em última análise, denunciam que ainda no período em que se colocavam como resistentes, já que a ordem de serviço ainda não tinha sido emitida, os moradores já trabalhavam em parceria com o Estado.

E ainda um quarto passo, mais ousado ainda, aparece no vídeo Documentário Castanhão, produzido pela Secretaria de Recursos Hídricos, em 1996. O objetivo do vídeo é mostrar a importância do Grupo Multi-participativo como instrumento de democratização nas ações políticas do Estado. Para tanto, é apresentado apropriadamente o depoimento do ex-prefeito de Jaguaribara, Francinir Guedes e o da Irm<sup>a</sup>. Bernadete Neves, ambos representantes da cidade no grupo. Suas falas justificam exatamente o que o vídeo objetivava: o Grupo Multi-participativo constitui uma experiência democrática no contexto que vivenciamos.<sup>38</sup> O governo cria condições para que os próprios resistentes legitimem publicamente o seu poder.

O simbólico, como o imaginário e o linguístico são recursos da política de espetáculo. Como diz Balandier, a sociedade não é somente vivida (relações) e expressa (representações explícitas e ideológicas), é também exposta (à vista). Assim, certas práticas coletivas equivalem a uma teoria social agenciada como um drama e mostrada como uma representação espetacular da vida social. Ele lembra ainda que “nenhuma sociedade pode escapar da necessidade de teatralização. Esse fato impunha-se com particular evidência naquelas submetidas ao jugo da mídia, que provocaram o aparecimento da ‘sociedade do espetáculo’”.<sup>39</sup>

Da parte dos moradores, essa teatralização concretizava-se na comemoração de dez anos de luta de Jaguaribara. Celebração, caminhada, lançamento de livro, permitiam



confirmar ou validar o poder dos moradores. Da parte do governo também não faltaram exemplos. Um grande evento público foi realizado no canteiro de obras do Castanhão em 1996, com a presença do Presidente da República, do ministro do Meio Ambiente e de lideranças locais; no mesmo ano, realizou-se a visita de mais ou menos 300 funcionários do DNOCS às obras do açude Castanhão como parte da programação festiva pelos 87 anos do órgão, inaugurando na oportunidade a sala onde funcionaria o “show room” do açude que ficaria à disposição de todos que quisessem conhecer o desenvolvimento das obras.<sup>40</sup>

Mesmo reconhecendo o poder do governo, os moradores não deixaram de tornar pública a consistência de suas ações. Nem mesmo o recurso ao misticismo seria dispensado na retórica da cidade. Se o açude (água) como redenção do sertão era um recurso discursivo que teatralizava a ação do Estado, os eventos de luta que marcaram a história da cidade davam suporte dramático à resistência dos moradores. Ao relatar a história da cidade, em palestra na Universidade Estadual do Ceará - UECE, a religiosa Bernadete Neves enumera uma série de eventos que caracterizariam uma história de luta (resistência) dessa cidade.

O primeiro fato faz referência à luta dos índios contra o colonizador branco, Domingos Paes Botão, que num primeiro momento teriam conseguido evitar a ocupação do território jaguaribarense; o segundo referendado é a padroeira da cidade, Santa Rosa de Lima, que teria vivido no Peru, uma história de luta em defesa dos índios e dos negros; o terceiro, o líder republicano Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, morto em terras de Jaguaribara, é visto como legítimo representante do Ceará na sua contribuição para a República brasileira: “a república também é filha do Ceará” e, finalmente, os dez anos de resistência ao Castanhão.<sup>41</sup>

O receio de perda da cidade faria com que os moradores repensassem a própria cidade, enterrando seus problemas e fazendo florescer suas qualidades, aquilo que justificava a continuidade da sua existência. A escassez de água e os crimes de pistolagem, atribuídos à sua identidade, seriam apontados como fatores superados na vida da cidade:

Existe a fé na resistência. Todo mundo de Jaguaribara tem essa fé, essa resistência, essa confiança em Deus. A gente sabe que se a barragem vier, a gente não se sai bem não. Algumas pessoas, quando passam dificuldade, dizem: “tomara que essa barragem venha!” Mas

eu nunca tive sofrimento pra dizer isso. Já sabemos que, se vier, não é bom pra gente não.

Nós aqui temos água demais. Temos o rio aí. O que falta no beicho do rio Jaguaribe é o governo dar condições para os proprietários irrigar as terras. Mas água tem demais.<sup>42</sup>

Aqui houve muito caso ruim de pistoleiros e tal, mas estamos em paz. Graças a Deus os pistoleiros não atacaram. Eu nunca acreditei que essa barragem viesse. Eu tenho a maio fé em Deus em Nossa Senhora e em São Francisco de Canindé e Sta. Rosa de Lima, que é nossa protetora e padroeira do município. Eles vão fazer com que ela não venha!<sup>43</sup>

Assim, razão e emoção no movimento de Jaguaribara transitavam entre estratégias de ação política e a expressão genuína da cultura sertaneja. Já nas ações do Estado, estas constituíam uma imbricação estratégica do governo que reconheceu na metáfora redentora, o sertão vai virar mar, um eficaz instrumento de poder que, aliado à retórica da democracia, criaria a ilusão do poder como resultante consensual. Todavia, na medida em que criava os espaços de discussão, expunha-se a sociedade, acabando por comprometer-se bem mais do que previa, consolidando novas relações entre Estado e Sociedade Civil na história do Ceará.

Impondo e cedendo, resistindo e se conformando, o governo do Ceará e os moradores de Jaguaribara deixaram para a história uma cidade submersa, uma experiência nova na história dos atingidos por barragens, a primeira cidade planejada do Ceará, e o sonho de ver o sertão virar mar.

Nova Jaguaribara é a materialização da cultura política que permeou as disputas entre o governo do Ceará e a população de Jaguaribara, entre 1985 e 1996. É a síntese entre racionalidade e “irracionalidade”, entre política e cultura, entre o sertão e a cidade. É a morte da cidade pela salvação do sertão ou apenas a morte da cidade.

---

<sup>1</sup> Este texto é parte da dissertação de Mestrado defendida no ano de 2000 na UNESP de Franca-SP.

<sup>2</sup> A autora é professora Assistente do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA/Ce e doutoranda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. E-mail: didisilveira@bol.com.br.

<sup>3</sup> O município ocupa uma área de 731 km<sup>2</sup>, limita-se ao Norte com o município de Alto Santo, ao Sul com Jaguaribe, ao Leste com Iracema e Oeste com Jaguaretama. A temperatura média oscila entre 28 e 30 graus. O clima é quente, com chuvas escassas e altitude de 89 metros. Poço Comprido é o único distrito do município cuja vila sede situa-se no extremo norte do território municipal, à margem esquerda do rio Jaguaribe. O rio Jaguaribe corta o estado de sudoeste a nordeste. Sua área foi dividida em Alto-jaguaribe, onde o rio nasce, médio e Baixo-jaguaribe, onde o rio deságua. O município de Jaguaribara fica no Médio-jaguaribe.

<sup>4</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária. 6<sup>a</sup>,1987. p. 188 a 190.

<sup>5</sup> Cf. ARENDT, H. *O que é política e A condição humana*.

- 
- <sup>6</sup> ALBUQUERQUE, J. A . Guilhon. Pressupostos teóricos e metodológicos da análise de discurso. In.: CHAIA, Vera e outros. *Análise do discurso político* – abordagens. São Paulo: EDUC, 1993. p. 71-79
- <sup>7</sup> No artigo em que cita a posições de técnicos internacionais Cássio Borges deixa claro que entre os objetivos propostos pelo Castanhão, a geração de energia elétrica constituía o único ítem sobre o qual as pequenas barragens não eram a opção mais viável. De Assuan ao Castanhão. *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 1º julho 1991.
- <sup>8</sup> Tarcísio de M. Dias é economista do DNOCS e ex-presidente da Sociedade dos Técnicos do DNOCS. DIAS, Tarcísio de M.. Castanhão – símbolo de progresso. *O Povo*. Fortaleza, 17 set. 1992.
- <sup>9</sup> Raimundo José Marques Viana é Presidente da Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará – FACIC. Castanhão tem pressa dizem empresários – a barragem, defendem lojistas, industriais e secretário é a redenção econômica do Baixo Jaguaribe. *Diário do nordeste*. Fortaleza, 1º dez. 1992.
- <sup>10</sup> SALDANHA, Edmundo D. . Amanhã matarão Jaguaribara afogada no açude Castanhão. Jaguaribara, s. n, s.d..
- <sup>11</sup> CHAUI, Marilena. A Nova República: democracia ou autoritarismo verde-amarelo? In.: SANDRONI, Paulo. (Org.). *Constituinte, economia e política da Nova República*. São Paulo: Cortez /EDUC, 1986. p.66
- <sup>12</sup> SADER, Eder. A nova retórica da Nova República. In.: SANDRONI, Paulo. *Constituinte, economia e política da Nova República*. p. 52
- <sup>13</sup> GONDIM, L.M.P. Clientelismo e modernidade nas políticas públicas – “os governos das mudanças” no Ceará (1987-1994).Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 1998. p. 37.
- <sup>14</sup> Discurso do Governador do Ceará Tasso Jereissati proferido no canteiro de obras do Castanhão. Alto Santo - CE, 1996.
- <sup>15</sup> Discurso do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso proferido no canteiro de obras do Castanhão. Alto Santo - CE, 1996.
- <sup>16</sup> MARTINS, Paulo H. O Nordeste e a questão regional: os equívocos do debate. In.: SILVA, M. A . op. cit. p.55
- <sup>17</sup> Cf. ALBUQUERQUE JR. D.M. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção do Nordeste. In.; RBH, SP: ANPUH/Marco Zero/Cnpq., vol 14, nº 28, 1994. . p.115
- <sup>18</sup> Ibid., p.117
- <sup>19</sup> GONDIM, L. M. P. op. cit. p. 37
- <sup>20</sup> Ibid., p. 41
- <sup>21</sup> BALANDIER. G. *O poder em cena*. Brasilia: Ed. da Universidade de Brasilia, 1982.
- <sup>22</sup> CAMBEBA é o nome do bairro onde se localiza o centro administrativo, incluindo o gabinete do governador. Ao contrário da referência “governos das mudanças”, que foi criado por eles mesmos, a referência CAMBEBA é uma criação externa, consolidada pela imprensa.
- <sup>23</sup> Maria Irinete de Sousa Brito/ 24.02.71. In.: Jaguaribara resistindo e vivendo. op. cit. p. 47
- <sup>24</sup> Solicitações apresentadas pela Associação dos Moradores de Jaguaribara por ocasião da reunião com os secretários de governo, na cidade de Jaguaribara. BARRAGEM CASTANHÃO. *Compromissos Assumidos e ainda não cumpridos*. Jaguaribara: 27 nov. de 1995. 2p
- <sup>25</sup> Reivindicações dos representantes de Jaguaribara. S.n. t.
- <sup>26</sup> BALANDIER, G. op. cit.
- <sup>27</sup> Cícero Alves, comerciante de Jaguaribara. In.: ARAÚJO, Alessandra. Moradores de Jaguaribara temem não receber as idenizações pela construção do Castanhão. *O Povo*. Fortaleza, 24 out. 1996.
- <sup>28</sup> O projeto é de autoria de Luiza de Marilac X. Cabral (Arquiteta), Marcelo Colares de Oliveira (Arquiteto), Leila Marília C. Coelho (Arquiteta paisagista) e Maria Afonsina B. B. Lima (Socióloga).
- <sup>29</sup> Os novo limites foram definidos de acordo com a Emenda Constitucional nº. 25/75 de 22 de dezembro de 1995.
- <sup>30</sup> CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. *Nova Jaguaribara* – versão preliminar. Fortaleza, 1996. p.58
- <sup>31</sup> ANGOTTI, H. Revisando Haussmann. p. 197
- <sup>32</sup> Discurso de Tasso Jereissati no canteiro de obras do Castanhão. op cit. p.3
- <sup>33</sup> GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU). Nova Jaguaribara – é assim que se muda. 6p. il. Fortaleza, s/d.
- <sup>34</sup> Ata da 15ª Reunião Ordinária do Grupo Multi-Participativo de Acompanhamento das Obras do Castanhão. Fortaleza, 12 de novembro de 1996.
- <sup>35</sup> BALANDIER, G. op. cit. p.7

---

<sup>36</sup> CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Diagnóstico do Município de Jaguaribara. Fortaleza, 1996. (rascunho da introdução).

<sup>37</sup> Luíza de Marilac X. Cabral é uma das arquitetas responsáveis pelo projeto da Nova Jaguaribara junto a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará – SDU.

<sup>38</sup> CEARÁ. Secretaria de Recursos Hídricos. *Documentário Castanhão*. Fortaleza, 1996.

<sup>39</sup> Balandier, G. *O contorno – poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.103

<sup>40</sup> Visita ao Castanhão marca 87 anos do DNOCS. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 23 out. 1996. Vale ressaltar que durante as reuniões do Grupo de Acompanhamento, deixou-se claro o interesse do governo em que a maquete do projeto fosse exposta em diversos pontos da cidade de Fortaleza, antes de se estabelecer no “show room” do açude, para que fosse conhecida por um amplo público.

<sup>41</sup> Depoimento de Bernadete Neves, Semana de História. op. cit.

<sup>42</sup> Rosa Fernandes Queiroz. 11-07-46. Ibid., p. 63

<sup>43</sup> Vicente Alves de Freitas. 24.03.16, falecido em 30.01.95. Ibid. p. 65